

## **Rua Dr. Assis: um percurso pela memória patrimonial dos usuários da Cidade Velha, em Belém do Pará**

**Dinah Reiko Tutyia**


Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil  
Doutoranda em História – Universidade Federal do Pará (UFPA)

 <https://orcid.org/0000-0001-8766-1757>

E-mail: [dinahtutyia@hotmail.com](mailto:dinahtutyia@hotmail.com)

**Cybelle Salvador Miranda**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5913-989X>

E-mail: [cybelle@ufpa.br](mailto:cybelle@ufpa.br)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o vínculo entre um conjunto de moradores e comerciantes, da rua Dr. Assis, localizada no bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, e seus imóveis, assim como a relação destes, com a própria rua e o bairro. Ao tomar esse vínculo como um elemento constitutivo do patrimônio cultural local, colocamos em questão o olhar e o posicionamento técnico nas ações patrimoniais de levantamento cadastral para tombamento de conjuntos históricos, que tendem por desconsiderar os valores que emanam da relação simbólica entre o sujeito-lugar. Assim, a partir de um percurso feito na rua Dr. Assis, realizou-se a coleta de depoimentos de seus usuários, os quais terminam por revelar uma outra Cidade Velha, descrevendo uma paisagem feita de lembranças que se ancoram em fragmentos remanescentes e desaparecidos, da arquitetura e dos espaços urbanos.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Memória; Paisagem; Centro Histórico de Belém.

### **Dr. Assis Street: a journey through the landscape heritage's memory of the inhabitants of Cidade Velha, in Belém, Pará**

**Abstract:** The aim of this study is to analyze the link among a group of residents and traders and their properties which are located at Dr. Assis Street, Cidade Velha neighborhood, in the city of Belém, state of Pará. It also takes into consideration their interrelation with the streets and the neighborhood. By taking this link as a constituent element of the local cultural heritage sites, we question the lack of an attentive look, and technical posturing when carrying out a cadastral survey for the recognition of historical heritage buildings, which may seem to disregard the values emanating from the symbolic relationship between the subject and the place. Therefore, from a journey done on Dr. Assis street, we have gathered testimonials from its users, which eventually have revealed a new Old City (Cidade Velha). The testimonials describe a landscape full of memories based on reminiscent and forgotten fragments of the architecture and urban spaces.

**Keywords:** Cultural Heritage; Memory; Landscape; Belém Historic Center.

**Texto recebido em: 30/09/2018**

**Texto aprovado em: 14/11/2019**

## **O Centro Histórico de Belém: historicidade da paisagem urbana**

A Rua Dr. Assis está situada no bairro da Cidade Velha, núcleo urbano impregnado de vestígios históricos, o qual tem sua “origem” juntamente com a fundação de Belém. Santa Maria de Belém do Grão Pará foi fundada em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco, visando assegurar a posse das terras portuguesas às investidas estrangeiras. Ao longo do século XVII, o bairro da Campina passou a compor com a Cidade (posteriormente chamada de Cidade Velha), o primeiro sítio de ocupação de Belém. A configuração física da cidade, ao término deste período foi retratada da seguinte forma:

ruas estreitas e tortuosas, poucas edificações, mas com algumas importantes Igrejas e conventos compondo o conjunto arquitetônico. As casas predominantemente de dois pavimentos, de taipa ou barrote revestido de tijuco (PENTEADO, 1968, p. 118).

No século XVIII, o crescimento urbano foi orientado para o interior, afastando-se do litoral. Em 1753 no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado - irmão do Marques de Pombal, ministro do Rei de Portugal - chega a Comissão Demarcadora dos Limites, com a finalidade de fixar as fronteiras das duas nações ibéricas, de acordo com o Tratado de Madri. A Comissão traz para o desenvolvimento de suas atividades, hábeis técnicos escolhidos pela Corte, e que segundo Meira (1976), Belém colheria dos engenheiros e dos arquitetos desenhistas, astrônomos e topógrafos, as mais favoráveis experiências em favor de seu desenvolvimento.

Destaca-se dentre estes, o italiano Antonio José Landi, que em 1759 após o regresso da Comissão à Belém, inicia sua atividade como arquiteto e construtor. A presença de Landi deixa de herança sua assinatura em algumas obras do acervo arquitetônico monumental, consideradas significativas, e que se encontram presentes na paisagem da cidade até os dias atuais. A expansão urbana de Belém passa por mudanças no século XIX, em virtude do aterro do alagadiço Piri, área pantanosa que dividia os dois bairros da cidade até o início do referido século. A obra de “higienização”, iniciada no governo do Conde dos Arcos, possibilitou a ocupação desta extensa área tomada pelo alagado, assim como o crescimento da cidade ao leste. A paisagem urbana desta época foi relatada por alguns viajantes naturalistas, que deram contribuições sugestivas para a caracterização da arquitetura civil:

A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos; quase sempre térreas, são menos decoradas do que as do Maranhão, simplesmente caiadas e em geral sem vidraça; mas o conjunto é asseado, cômodo e dá a impressão de uma vida doméstica feliz. (PENTEADO, 1968, p. 127).

Da segunda metade do século XIX, às primeiras décadas do século XX, Belém passou por reformas em virtude do capital gerado pelo ciclo econômico da borracha. Tais reformas partiram das aspirações da nova classe social, a burguesia gomífera, emergida em decorrência da cultura extrativista. Os anseios desta classe encontraram forte apoio dos governantes, uma vez que coincidiam com os projetos higienistas dos mesmos para a cidade. Assim, data das primeiras décadas do século XX, a aplicação do código de posturas imposto pelo intendente Antônio Lemos, como o incremento de equipamentos públicos e de diversão como praças, mercados, teatro, cinematógrafos, etc.

A arquitetura eclética foi “eleita” como expressão deste poderio econômico, e permaneceu “vigente” até meados da década de 20, quando a cidade demonstrava as consequências da decadência da economia extrativista. Belém passava a ocupar a extensão da primeira légua patrimonial, nos anos 30 do século passado, quando o desenvolvimento do setor terciário da economia, trouxe algumas mudanças na configuração sociocultural da cidade, conseqüentemente expressas no espaço urbano. Um novo centro comercial se desenvolveu, em uns dos limites do bairro da Campina, na atual Avenida Presidente Vargas.

A cidade pós-eclética – terminologia utilizada por Chaves (2004) – do século XX, começou a se delinear nos anos 40 pelas mãos dos engenheiros, projetistas e arquitetos. O Estado aplicou o ideal político de modernização, passando a promover a edificação de uma arquitetura mais clara e limpa de ornamentos, incorporando traços da linguagem Art Déco, a qual estava “associada ao envoltório por excelência das grandes estruturas que romperiam os horizontes urbanos desenhados pelo homem” (SEGAWA, 1999, p. 64). Neste período o centro habitacional, comercial e de serviços se afastavam dos núcleos originais da cidade, uma vez que:

A arquitetura realizada em Belém no final dos anos 30 e nos anos 50 foi produzida num espaço social e cultural que permite e incentiva um novo vocabulário arquitetônico, que traduz e interliga todos os outros signos modernos já estabelecidos na sociedade, da remodelação artificial dos espaços públicos, a ideologia da substituição das antigas construções para dar lugar aos edifícios

modernos (...) tidos como medidas da ansiada modernidade (CHAVES, 2004, p. 68, tradução da autora).

Os primeiros sítios de ocupação não correspondiam às aspirações modernizadoras dessa sociedade, e necessitaram de adaptações para tais anseios. É a partir deste momento, que as intervenções se intensificam nos núcleos históricos, promovendo alterações que vem se alastrando até os dias atuais. Durante as décadas de 40, 50 e 60 um discreto crescimento econômico – em decorrência da abertura da rodovia Belém/Brasília –, motivou a inserção de edificações com gabarito elevado nos bairros da Cidade Velha e Campina, além do alargamento de algumas vias (BELÉM, 1998). Nos anos 60, podemos verificar o empenho da Câmara Municipal da cidade em promover tais mudanças, em uma das vias incrustadas no bairro da Campina. Como exemplo, em 1969, a Lei Ordinária nº 6.769, estabelece a prioridade de alargamento da Travessa Padre Eutíquio, entre a Praça da Bandeira e a Boulevard Castilho França (BELÉM, 1969). A Cidade Velha desses anos foi retratada por Penteado (1968), como um velho núcleo em franca decadência, que comportava as igrejas e os edifícios públicos. Constata-se também, na década de 60, o início da expansão de novas áreas comerciais, muito além da Campina:

A consolidação de novas áreas comerciais (...) foram aceleradas a partir da década de 80 (...) migrando para a proximidade de avenidas que constituem corredores de tráfego e definem sub-centros comerciais (Padre Eutíquio, Pedro Miranda, Senador Lemos, Gentil Bittencourt, etc.) até que toda a extensão do espaço produzido formalmente da primeira légua se constituísse em área central da Região Metropolitana de Belém (CARDOSO; NASSAR, 2003).

As instalações de grandes magazines nos anos 80, e a construção de um shopping nos anos 90, no entorno do bairro da Campina, marcaram a última grande transformação nos sítios primitivos da cidade. Ferreira (2003) expõe que durante os anos 80 e 90 passou-se por uma crise econômica que acarretou o aumento das diferenças sociais, e este fato comprometeu os investimentos do Estado em obras e serviços urbanos, conseqüentemente a qualidade de vida da população urbana decaiu. Cardoso e Nassar (2003) acrescentam que a evasão do uso habitacional nestas áreas, se deu devido à obsolescência das condições de infraestrutura, comparada aos produtos oferecidos pelas imobiliárias em outros lugares da cidade. Os autores colocam que a localização do bairro, também contribuiu para a instalação do comércio informal, uma vez que atende às

seguintes necessidades do vendedor: “fluxo de pedestres, boa acessibilidade, locais de armazenagens para as mercadorias, pontos de água e energia elétrica” (CARDOSO; NASSAR, 2003).

Mesmo com as particularidades de cada bairro que compõe o Centro Histórico de Belém, podemos perceber parte do processo de construção e transformação que atuou nesta área, e ter uma pequena noção da diversidade arquitetônica e a maneira como a mesma veio sendo apropriada ao longo do tempo.

### **Rua Dr. Assis e as entrelinhas do inventário do tombamento municipal**

O Centro Histórico de Belém apresenta-se tombado em duas instancias de preservação patrimonial, pelo município, através da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), com tombamento em 1994 e em 2012 pela instância federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O recorte físico desta pesquisa encontra-se inscrito nesta área, sendo que abordaremos os aspectos do tombamento municipal<sup>1</sup>, tomando como recorte a rua Dr. Assis, localizada no bairro da Cidade Velha<sup>2</sup>. O motivo preponderante desta escolha foi o fato de a rua em questão, apresentar uma maior porcentagem de bens de renovação.

A renovação é uma categoria de caracterização dos imóveis que estão na área tombada, tal categoria não apresenta interesse à preservação, e em seu lugar, pode ser construída uma nova edificação. Desta maneira, a lei termina por criar, os espaços de respiração do tecido urbano salvaguardado. As demais categorias criadas pela Lei Municipal são: preservação arquitetônica integral (preservação das características internas e externas), preservação arquitetônica parcial (preservação das características externas), reconstituição arquitetônica (recuperação das características arquitetônicas), acompanhamento (conservação da fachada e cobertura, mesmo que não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação, porém não interfere substancialmente na paisagem).

A caracterização do conjunto da rua Dr. Assis, gerada pela Lei do Patrimônio nº 7.709 de 1994, deixou a configuração da via da seguinte forma: com o total de 106 imóveis, apenas 3 na categoria de preservação arquitetônica integral, 23 com preservação arquitetônica parcial, 4 reconstituição, 74 renovação e 2 não edificadas. O logradouro, com aproximadamente 403 anos, guarda em seu traçado

a transformação dinâmica da cidade, indícios de uma paisagem colonial e de uma paisagem “da Belle Époque” que se contrapõe a paisagem moderna e contemporânea às quais soam não pertencer a então paisagem da Cidade Velha.

O trato com o patrimônio urbano incorpora uma série de particularidades, uma delas pode-se afirmar que é o elemento “paisagem”, fato que demanda uma consideração quanto ao conceito adotado neste trabalho. Sabe-se que não existe uma definição única para paisagem, sendo esta variável de acordo com o campo teórico que se dedica ao assunto. Alguns autores que abordam este tema consideram a noção de paisagem polissêmica, assim evidenciando a dificuldade de definição de um conceito. Embora haja variadas interpretações, existe uma concordância em considerar a paisagem como fruto do agenciamento do homem sobre o espaço. A abordagem que nos aproximamos, é a da perspectiva da geografia, uma vez que esta disciplina vem, há muito, se dedicando à temática. Ribeiro (2007) considera esta discussão enriquecedora no âmbito do patrimônio cultural, pela inclusão da categoria de paisagem cultural, no processo de identificação, preservação e gestão patrimonial. Para ele, a paisagem:

deve ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, lócus de interação entre as materialidades e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 9).

No imaginário coletivo, de grupos da sociedade belemense, há uma paisagem estanque à transformação, repleta de materiais, formas e volumes que atribuem a este “período de construção” do bairro, uma identidade da ocupação portuguesa. Esta paisagem apresenta o predomínio de duas linguagens arquitetônicas históricas, e se perpetua na voz de arquitetos técnicos das instituições patrimoniais que atuam no estado, e que também contribuem por caracterizar o tombamento como um lugar de memória (NORA, 1993).

Tal atitude gera alguns reflexos dentro deste lugar, um deles é o “fechar os olhos” ao tratamento de determinadas particularidades, que suscitam a vida do espaço e sua transformação. Meneses (2012), ao discorrer sobre a necessidade de revisão das premissas no campo do patrimônio cultural, considera que a desarticulação entre práticas e representações, termina por esgotar o patrimônio de

seu conteúdo “verdadeiro”. Podemos tomar o processo de categorização, empreendido no CHB, como um exemplo da desarticulação exposta por Meneses (2012), uma vez que a desconsiderou-se a necessidade de avaliação da experiência entre usuário-edificação-bairro, da relação de pertencimento da população com o local. Assim a não incorporação destas particularidades, em discussões dentro dos órgãos preservacionistas, acabam por imobilizar as ações efetivas ao tratamento das renovações, como também outras demandas necessárias a Cidade Velha.

A preservação do patrimônio cultural edificado tange hoje aspectos que fogem a estética, a história e a materialidade de edificações, a salvaguarda desses bens, como colocado por Castriota (1999). Segundo o autor, a preservação deve refletir concepções que considerem o processo de ampliação do entendimento do que é patrimônio cultural na contemporaneidade, contemplando todas suas variantes, tais como todos os diversos suporte de memória, edificações, espaços, documentos imagens e palavras. Ao se institucionalizar o patrimônio, que passa a ser resguardado legalmente, deve-se antes de tudo, entender os bens edificados como parte integrante e ativa da cidade, como organismos vivos e dinâmicos, com valores que ultrapassam uma análise morfológica e estética para enquadramento em categorias, conseqüentemente, se faz necessário uma revisão dos moldes tradicionais de inventários de sítios tombados.

Cabe destacar que as reflexões deste artigo visam ampliar o olhar sobre o patrimônio “material”, que venha a somar-se ao trabalho cotidiano (e por vezes inglório) dos profissionais vinculados aos órgãos de preservação do patrimônio da cidade de Belém, despertando para a necessidade de revisão das categorias assumidas na década de 90, na elaboração do inventário do CHB. Como também, no deslocamento para primeiro plano dos usuários do espaço, vislumbrando a possibilidades em se compatibilizar a preservação patrimonial nos diversos suportes, e o anseio da população local, juntamente às normativas de intervenções no referido sítio urbano. No caso do CHB, algumas conseqüências do modelo tradicional de inventário serão destacadas, iniciamos com o principal fator geracional das mesmas: não ter atingido o interior das edificações. Quando tratamos de “interior”, estamos considerando tanto o espaço físico, como também o usuário.

No ano de 2012, na elaboração da pesquisa que fundamenta este artigo, na ocasião das entrevistas com técnicos da FUMBEL, estes relataram que a escassez de tempo em inventariar os imóveis do Centro Histórico de Belém, acabou por fazer

com que a grande maioria fosse caracterizado apenas por sua fachada exterior. Como desdobramento imediato, edificações que poderiam estar em uma categoria de preservação “maior”, foram enquadradas em uma categoria “menor”. Esta categorização abriu a possibilidade de ações de transformação ou desaparecimento de imóveis significativos para a cultura arquitetônica de Belém, inicialmente, para exemplificar as possibilidades que se desvelam, ao contato com os usuários, o caso do imóvel da família Maia<sup>3</sup>.

Esta edificação classificada como renovação, ou seja, passível à demolição, se encontra localizada na rua Dr. Assis, ao longo da elaboração da pesquisa tivemos contato com seus moradores e constatamos que a aproximação com o usuário nos permitiu relativizar o olhar para a casa. João Maia (Entrevista concedida em 15 de novembro de 2011), morador de aproximadamente 70 anos de idade, reside na Cidade Velha desde seu nascimento, nos forneceu fotos da casa nos anos 60, assim como a planta do projeto arquitetônico, da primeira reforma. O projeto da casa é datado de 1947 e assinado pelo arquiteto construtor, licenciado, Antônio da Rocha Braga. Este realizou um projeto inovador para dentro da área da Cidade Velha, deslocando a casa do alinhamento frontal do lote, criando uma mureta e a área para ajardinamento. Sua fachada traz uma mistura de elementos da composição estética de duas tendências arquitetônicas modernizadoras deste período na cidade, o portal em arco na entrada da varanda, usual do neocolonial, e as marcações geometrizadas dos ornamentos verticalizados, que expressam a inclinação às características da arquitetura Art Déco. A planta baixa do pavimento inferior, os ambientes ainda encontram-se distribuídos aos moldes dos padrões arquitetônicos anteriores.<sup>4</sup> A casa é um exemplar da arquitetura residencial, que estava disposta a quebrar com a paisagem da cidade eclética, assim como outras manifestações arquitetônicas propagadas na época pelas mãos dos engenheiros, arquitetos e mestres de obra.

Percebemos que hoje este imóvel de renovação, sem interesse à preservação, guarda ainda em sua fachada os traços de uma arquitetura que marcou as primeiras décadas no século XX na cidade de Belém. O método qualitativo de pesquisa adotado neste trabalho foi capaz de trazer à tona, a partir do contato com o morador, o nativo, estes documentos importantes para a investigação da história da arquitetura regional. Dentre estas fontes, a oralidade foi capaz de delinear a rua em seus aspectos físicos e em suas práticas sociais, assim através da rememoração



se edificaram paisagens de outrora, aparentemente apagadas pelo inventário municipal dos anos 90.

O contato com os usuários das edificações de sítios históricos tombados possibilita a aquisição de informações e dados que um inventário tradicional, baseado na análise das características externas da edificação, para preenchimento de fichas cadastrais, não consegue apreender, no exemplo dado, da família Maia, demos apenas destaque para o caráter “material”, que é sempre visado nos levantamentos de dados dos inventários, porém ao adentramos no “interior” vivenciado, um rico acervo de relações simbólicas com o lugar, é descoberto. Em entrevista com o técnico Antônio Macedo (Entrevista concedida em 8 de julho de 2011), da FUMBEL, que tem sua formação em arquitetura e urbanismo, ao ser questionado sobre as classificações das edificações, o mesmo afirmou que poderia ter havido uma ressalva na categoria de preservação arquitetônica parcial, prevendo um posterior acesso aos mesmos, para uma análise mais criteriosa de seus interiores. Não apenas esta categoria, como também a de reconstituição e a de renovação, pois hoje percorrendo alguns imóveis dentro do bairro da Cidade Velha, ainda é possível a leitura clara de plantas.

A análise das fichas do inventário nos sugere pontos importantes para reflexão quanto as categorização de imóveis. Constatou-se que os olhares, naquele momento, se voltaram para duas linguagens arquitetônicas: “predomínio neoclássico” e eclético, como colocado anteriormente, embora alguns exemplares dentro do conjunto sejam marcados por traços das linguagens Art Déco e moderna, ou seja, manifestações arquitetônicas que “carregam o ar” do processo de modernização da cidade dos anos 40, 50, 60 e 70.

Numericamente, aqueles imóveis de interesse à preservação, ficaram classificados quanto à linguagem arquitetônica da seguinte maneira: 10 com predomínio Neoclássico; 17 ecléticos; 2 fichas não marcadas e 1 sem ficha. O olhar é fechado apenas a três categorias, colonial, imperial e eclético: linguagens arquitetônicas atribuídas a “ocupação portuguesa”. Abre-se o parêntese aqui, para a criação de lugares de memória, o conceito definido por Nora (1993), dá base para compreendermos a fixação de imóveis, de uma determinada linguagem arquitetônica, no tecido do bairro da Cidade Velha.

O autor considera que os espaços de memória são consolidados a partir de uma atribuição de valor, que cristaliza estes lugares, para serem lembrados de forma estática, e imediata. Nora (1993) expõe que estes são “marcos testemunhos

de outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 16), apontando o aspecto nostálgico delegado a tais lugares. A rua Dr. Assis está resguardada do processo de aceleração do tempo, fenômeno inerente à sociedade contemporânea, através do tombamento de 1990 e da Lei 7.709 de 1994, responsável pela preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém.

Assim, compreende-se que a ação de tombar um bem, impondo o valor de um grupo cultural, congela o mesmo frente à dinâmica da transformação da cidade, freando-o à perda e aos acréscimos de demais valores culturais. Cristaliza-se, na memória, aquele espaço como artefato da ocupação portuguesa, criando-se uma paisagem, definindo-se um imaginário que se perpetua ao longo do tempo. Esse fenômeno ocorre das mais variadas formas, como por exemplo, induzindo um olhar para salvaguarda de determinada linguagem arquitetônica, definindo uma temporalidade de construção do bairro, se consolidando no sentimento dos moradores como “um pedaço de Portugal”, ou ainda, reafirmando “o luso”, através de uma política pública de requalificação urbana denominada de “Complexo Feliz Lusitânia”<sup>5</sup>.

### **Reminiscências edificadas: os indícios de um passado**

Cegos para luz, eles vêem o invisível.  
(VERNANT, 1990, p. 109)

A frase citada de Vernant (1990) trata dos aspectos míticos da memória e se refere às figuras da idade arcaica: o aedo e o adivinho. O primeiro, possuído pelas Musas se torna o interprete de Mnemosyne, a deusa memória, e se volta ao passado, “A História que canta Mnemosyne é um deciframento do invisível, uma geografia do sobrenatural” (VERNANT, 1990, p. 133). O adivinho, inspirado por Apolo responde ao futuro, ambos têm em comum a vidência. O poeta, por sua vez, tem o poder de estar presente no passado e ao fazer, volta-se à idade heroica, ao tempo original, e assim pode narrar. O ato de rememorar o faz esquecer os males do tempo presente, à memória associa-se o esquecimento. Esta é a síntese de uma das imagens de memória, da aurora da civilização grega, ligada às confrarias de aedos (VERNANT, 1990). Embora esta forma de conhecimento do passado não seja preciso, devido à falta de uma cronologia e da ordenação do tempo da memória

arcaica, atualmente pode-se fazer uma associação, entre os antigos poetas e as pessoas que narram, hoje, o seu passado individual. Voltando a agir como os aedos, sobre a inspiração de algo, que os coloca em contato com outro tempo.

O campo deste trabalho nos colocou em contato direto com esses narradores do passado, depoimentos se mostraram significativos para compreensão das relações simbólicas imbricadas na rua Dr. Assis. A partir das fontes orais, surgem as imagens de uma cidade que vagueia na memória de seus habitantes, à espera de um estímulo externo para que se edifiquem. Alia-se à rememoração do passado, a busca da documentação nos acervos de órgãos como Instituto do IPHAN, FUMBEL, Secretaria de Cultura do Estado (SECULT), Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e Conselho Regional de Engenharia do Pará (CREA-PA), além dos acervos particulares, os quais nos auxiliam a adentrar nos contextos narrados.

### Os narradores do passado

Apenas em uma entrevista, contava-se previamente com o contato do morador, em virtude de se tratar da família de uma pessoa, que pertencia a nossa rede particular de relação. Desta maneira, a busca por depoimentos, foi feita pela incursão na rua, sendo surpreendente a receptividade das pessoas, em conceder depoimentos no ato de nossa apresentação.

Para que os entrevistados se sentissem mais à vontade, orientaram-se os relatos para que fossem pautados em suas memórias mais longínquas em relação à via, ao morar ou ao ter um comércio naquele local, se baseassem na comparação entre as paisagens de outrora e a atual. A intenção foi a de “despir” o máximo da indumentária de pesquisadoras, para que a conversa pudesse fluir sem o temor “Do Patrimônio”. Segundo Fernandes (2005),

o entrevistador/pesquisador deve: demonstrar interesse e simpatia pela história e pela opinião do narrador, considerando que a narrativa é uma versão possível e plausível; ouvir mais do que falar, pois o entrevistado é o outro; não ser intransigente em relação às situações inusitadas; conhecer previamente a unidade a ser pesquisada, inclusive minimamente sendo sabedor dos termos, hábitos e costumes dessa realidade (FERNANDES, 2005, p. 160).

A primeira entrevista foi feita com o casal de senhores com aproximadamente 70 anos de idade, Ana Maia e José Maia (mencionados anteriormente), contando

com a participação de um dos filhos, João Maia. (Entrevista concedida em 15 de novembro de 2011) Em uma manhã de domingo, extremamente quente, adentramos a casa desta família; uma grade alta fazia a limitação entre o espaço público e o privado, aquele afastamento frontal, demonstrava que se tratava de uma edificação que não se enquadrava às regras de assentamento de casas no lote, típicos dos primeiros séculos de ocupação portuguesa. Colocamo-nos à sala para o início da conversa, perguntando qual era a primeira lembrança que surgia quando se falava na Rua Dr. Assis, ou na Cidade Velha.

Dona Ana contou que morava naquela residência há 50 anos aproximadamente, enquanto que o senhor José relatou que quando criança morou em numa edificação em frente a esta, que moram atualmente, e que naquela época, seu pai estava construindo a atual casa. A edificação de sua infância tinha o modelo “antigo”, assim como as casas ao lado. O senhor José se mostrou muito afetuoso com o Bairro da Cidade Velha, lembrou que sua família tinha uma fábrica de sapatos na rua 13 de Maio, no bairro da Campina, onde hoje funciona o bondinho. Segundo ele, esta fábrica veio a se alojar na Dr. Assis, pois ficava mais próxima à casa onde sua família morava, e facilitava a vida de sua mãe, que tinha que ficar próxima aos filhos.

Cybelle Miranda (2006), ao investigar no Bairro da Cidade Velha, utilizando o método etnográfico para pesquisa, também se aproxima dos moradores da área a partir de entrevistas. É interessante destacar como as narrativas se cruzam, afirmando, complementando ou negando os fatos. Destacaremos alguns pontos, como por exemplo, Miranda (2006) ao entrevistar dona Oneide Bastos, uma moradora da rua Dr. Assis, conta:

Quando se mudou para a Cidade Velha, uma das poucas casas modernas era a casa ao lado, da família proprietária da Fábrica de Calçados ‘M’. Conta que houve um tempo em que não havia preocupação alguma com a preservação, reclama que não deveriam ter permitido demolir uma casa em frente a sua para fazer um armazém de ferragens (MIRANDA, 2006, p. 136).

No excerto, dona Oneide, ao chegar à rua Dr. Assis nos anos 50, narra que o único imóvel com configurações modernas, pertencia justamente à família do casal entrevistado. O senhor José Maia, continuou relatando a trajetória da edificação, revelando que no início dos anos 90 eles fizeram a modificação, colocando o muro com a grade e fizeram a cobertura em telhas, que se encontra atualmente no

imóvel. Essas modificações foram necessárias em virtude da falta de espaço para estacionar o carro em frente a casa, pois “mais de uma vez os ônibus que passam constantemente na estreita rua, levaram parte do carro”, relatou o senhor. Somou-se a isto, a questão da falta de segurança no bairro.

A conversa prossegue sem muitas intervenções de nossa parte, os três membros da família em determinados momentos trocam informações entre si para poder reconstituir com maior fidelidade aquele passado.

Foi solicitado que falassem um pouco do morar na rua, e o senhor José Maia, comentou: “antigamente as pessoas eram mais amigas umas das outras, vivíamos na rua... [pausa] Hoje, não existe mais isso. As pessoas sentavam na porta de suas casas, e hoje elas têm medo até de deixar os filhos na porta para ir embora”.

Estes dois problemas apontados pelos membros da família é recorrente também na opinião de outros moradores do bairro. Os ônibus, novos “donos” da rua, juntamente com o aumento da violência, aliado à carência de segurança pública no bairro, contribuem para as modificações das casas da Cidade Velha. O senhor José Maia, com um tom saudosista, iniciou suas reminiscências de como era a vida “antigamente” naquele local, relatou alguns lugares, onde as pessoas costumavam se reunir como o Yara Bar, a Praça do Carmo e o ‘Garagem’ – outro bar localizado na Travessa Joaquim Távora. As lembranças partiram para sua infância, quando criança costumava pegar pipa no rio de barquinho, remando, pois tinha um amigo que morava em uma casa “que o fundo dava para o rio”. Ao narrar os bons costumes que havia na Cidade Velha “antiga”, contrastou com a nova paisagem, destacando os pontos negativos referente à área de ocupação informal, localizada na lateral da Igreja do Carmo, que segundo ele, gerava violência na comunidade.

Pedi-se para que a família falasse um pouco sobre quais eram os tipos de comércio na rua, se havia muita diferença dos dias atuais. Ambos relataram que “antigamente” havia mais residências, mas também alguns comércios voltados para ferragens, motores, devido à vida portuária. Quanto aos gêneros alimentícios, as compras eram feitas no Porto do Sal, e na feira do Ver-o-Peso, costumes que perduram até os dias de hoje.

A segunda entrevista se iniciou pelo relato do apagamento material de uma unidade do conjunto da Dr. Assis:

minha casa era uma casa antiga, a vizinhança eram casinhas baixas, um dia de manhã eu lembro que a gente acordou e eu vi que faltava alguma coisa na paisagem, uma casa caiu (...) caiu literalmente, ela desabou, uma boa parte dela. Então eu tinha uns 7 anos e tenho a lembrança disso. Você olhar e sentir que está faltando alguma coisa ali, e depois descobri que uma casa tinha caído. (Entrevista concedida em 19 de junho de 2012)

A imagem desta clareira, surgida em meio ao tecido amarronzado das telhas de barro enegrecidas pelo tempo, era um espaço que se abria para dar lugar a uma nova edificação, que ali se levantaria. Dona Vera Almeida, nasceu na Rua Dr. Assis, reside e tem um comércio de artigos religiosos neste logradouro, o qual o pai escolheu para viver, estabelecer negócios e criar seus filhos. A entrevistada vive no logradouro há 54 anos. Quando solicitamos para que ela falasse sobre a primeira lembrança da antiga Dr. Assis, a mesma, após um suspiro profundo, respondeu: “um lugar muito tranquilo”.

Este desabafo surgiu em meio ao trânsito caótico que se instala naquele perímetro da rua, por volta das onze e meia da manhã, durante a semana. Aos ônibus, aos carros de passeio, aos caminhões de carga de abastecimento de materiais para os comércios da rua, aliam-se as “vans”, o transporte coletivo alternativo. A conversa com Vera Almeida, foi interrompida várias vezes em virtude das buzinas constantes, propagadas por estes transportes.

A entrevista tomou um tom de lamento, quanto ao descaso do poder público com o local e seus moradores. O processo de rememoração da paisagem nostálgica e tranquila da rua foi cortado pelo primeiro apitar ensurdecido de buzina. “Olha [aponta o trânsito parado na rua], o que é que acontece hoje em dia, isso virou um inferno! Você está vendo o trânsito?”, disse dona Vera Almeida.

A vida contemporânea na Dr. Assis é considerada caótica, pelo olhar desta usuária. A senhora revelou ainda, que a situação piora em virtude dos portos localizados na Rua Siqueira Mendes, paralela à Dr. Assis, nos horários de chegada e saída das embarcações – de oito e meia da manhã, duas e meia da tarde, sete e meia da noite e por volta das dez e meia ou onze horas da noite que é o horário que sai o último barco.

os barcos chegam, as vans param o trânsito. (...) E os órgãos públicos não tomam nenhuma providência. Não tomam, eu acho interessante, o que é que você ouve de Cidade Velha? Que vão tombar, vai virar isso, vai não sei o que... tá, isso aí é muito interessante, sim! E o resto?

A entrevistada fez uma ressalva muito importante sobre a relação das políticas públicas voltadas às questões patrimoniais. A indagação final feita por ela, diz respeito ao discurso vinculado na mídia sobre “tombamento”, o qual tem implicações que atingem apenas a questão material do espaço, ou seja, ao conjunto edificado, enquanto que a qualidade de vida da população local é deixada de lado.

Esta colocação vai contra as atuais discussões referentes à preservação do patrimônio cultural, uma vez que a salvaguarda dos centros históricos é pensada conjuntamente à melhoria da qualidade de vida da população local, ou seja, com base no discurso de sustentabilidade patrimonial das áreas. Insistiu-se nas perguntas, quanto à atuação dos órgãos dentro do bairro, e também como eram os diálogos com os moradores. Quando se perguntou sobre o tombamento do CHB pelo IPHAN, a mesma respondeu com outra pergunta: “Sim, o que é o tombamento? O que ele vai trazer de benefício para os moradores? O que é isso?”

Houve o contato do IPHAN com os moradores?

Não... [pausa] O que que esse tombamento na prática vai trazer? Acho que nem eu, nem ninguém sabe... Pegaram a Cidade Velha onde as ruas, os nomes das ruas eram o que? As rua eram cidades de Portugal, não é isso? Cametá, Vigia, Alenquer, (...) e que também são cidades do nosso interior. Já tem quantas ruas com o nome trocado? A Vigia é a Felix Roque, a Cintra é a Capitão Pedro Albuquerque, a Bragança virou... [pausa] e aí quem fez isso? O poder Público.

---

322

A observação quanto às trocas dos nomes das ruas do bairro, ecoam nas vozes dos moradores do local. Não era a primeira vez, que se escutava tal reclamação, em situações anteriores, os moradores mais antigos do bairro destacavam essa alteração dos nomes das ruas, como algo negativo. A mudança dos antigos nomes foi assimilada, como se parte da herança portuguesa estivesse sendo retirada, apagada daquele lugar. Quanto à posição da entrevistada, em relação ao diálogo com os órgãos de preservação patrimonial, a senhora expressou a falta de credibilidade nas ações dos órgãos quanto ao retorno destas ações à população local.

Dona Vera Almeida, também comentou sobre o projeto do seu imóvel comercial, que havia contratado um arquiteto para projetar a loja, pois queria que ela fosse harmoniosa com o conjunto, porém esbarrou no meio do descompasso entre as exigências dos órgãos públicos, pois ao ter apresentado o projeto que

apresentava a fachada com “quatro portas pequenas acompanhando as janelas de cima, que era aquele estilo antigo”.

A Secretaria Municipal de Urbanismo obrigou que o projeto tivesse uma garagem, mesmo a proprietária não querendo esta vaga. O IPHAN, por sua vez, não permitia a abertura da garagem, e indicava que aqueles ritmos de aberturas fossem mantidos. O impasse durou algum tempo, e ela só conseguiu resolver mediante a solução que o superintendente do IPHAN na época havia aconselhado. Que ela colocasse as portas de enrolar, e que escrevesse na planta baixa do projeto, no lugar do “salão”, “garagem”. Dona Vera Almeida, relatou que depois desta alteração, o projeto foi aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e complementa “nos órgãos há um descompasso total, você quer fazer determinada coisa, é uma burocracia horrorosa, eu acho que tomba literalmente, porque você cansa!”

A moradora-comerciante continuou seu depoimento, elencando os problemas do cotidiano do bairro, outro ponto que dificultava o convívio, tange a movimentação de pessoas, veículos e a falta de estacionamento gerados nos finais de semana, em virtude do número considerável de bares localizados no entorno de sua residência. Os piores dias, segundo a entrevistada, são sextas e domingos: “domingo (...) parece que a cidade inteira veio pra cá!”

Ela, porém, fez um adendo, afirmando que não é contra as atividades, até mesmo porque é possível ver em outras cidades que possuem Centros Históricos, os mesmos tipos de serviços ali encontrados dando certo. Mas, segundo ela, o poder público que atua em Belém, não se faz presente e estas atividades são feitas sem a previsão das consequências que podem gerar a vida da população residente.

Esta entrevista, assim como a anterior, afirmou a importância do contato com o morador, embora neste caso, não tendo sido possível resgatar a memória relacionada à antiga paisagem da rua. Porém, informações - muitas vezes eclipsadas pela ausência do contato que levem os órgãos de preservação à população local - surgiram, para lembrar que este espaço é organismo vivo e complexo, tal qual outros espaços que constituem a cidade. Apreensões como esta, são possíveis a partir do ato de vivenciar a cidade, assim, a palavra do habitante “surge” para expor as problemáticas cotidianas, do “morar” na Dr. Assis, e também a necessidade dos moradores quanto ao retorno efetivo das políticas de preservação patrimonial no local, que hoje, se resumem à palavra “tombamento”. Estes pontos



levantados servem para reflexão ao poder público, quanto à forma que o mesmo vem gerindo o espaço.

Seguindo a incursão pela Dr. Assis, entrou-se em um armazém de ferragens, um comércio muito característico do logradouro. Iniciou-se a entrevista com um senhor português, que embora esteja há 52 anos naquele local, ainda carrega fortemente o sotaque lusitano. O senhor Joaquim Araújo, relatou que começou a trabalhar na Cidade Velha, primeiramente em comércios do Porto do Sal, depois em uma padaria, que se localizava um cruzamento onde está seu atual comércio: Dr. Assis esquina com a travessa Gurupá. Segundo ele:

É muita diferença, porque antigamente (...) as mercadorias saiam aqui do Porto do Sal, e era tudo por barco, e hoje já vão de carro, (...) Se trabalhava até as nove [horas] da noite, era das quatro da manhã às nove da noite. Hoje já é mais difícil, a gente está vindo mais pra cá. (Entrevista concedida em 3 de julho de 2012)

Perguntou-se sobre a diversidade do comércio, nesta “época inicial”, se a rua era marcada pelas lojas de ferragens, como é hoje. O senhor Joaquim relatou que havia muitas lojas de ferragens, e que as mesmas forneciam material para Belém e para o interior, assim como é hoje. Porém, mesclavam-se outros serviços na rua, havia açougues, farmácias, mais padarias assim como estivas – armazéns de venda de gêneros alimentícios. Segundo o entrevistado, “antigamente tinha muito armazéns de estivas grandes... [pausa] eles vendiam feijão, arroz, charque”.

Foi interessante ver esta imagem da rua, da Igreja da Sé até a travessa Gurupá, havia casas comerciais distintas, que hoje deixaram de fazer parte do contexto. Há apenas uma padaria ao longo da via, e a venda dos demais gêneros alimentícios, ficou restrita ao Porto do Sal. O entrevistado, em um momento da conversa, mencionou que as grandes redes de supermercado também contribuíram para que esses comércios, os quais ocupavam as pequenas casas, fossem se extinguindo. Segundo o relato, existia a Padaria Castelo, situada em umas das esquinas do cruzamento, onde se localiza seu estabelecimento, e outra padaria, que tinha o nome de “Anjo da Guarda”, se localizava na Dr. Assis na esquina com a travessa Joaquim Távora, onde hoje se encontra construído um edifício multifamiliar, de quatro pavimentos.

Havia também no sobrado, com traços da arquitetura neoclássica, localizado na outra esquina daquele cruzamento da travessa Gurupá, um armazém com o nome de Metralhadora, o entrevistado relatou: “aqui era a Metralhadora, (...) A

Metralhadora do Porto do Sal, era de um judeu isso, e vendia muito (...) É, a Metralhadora e a Castelo...a Castelo era aquela ali, e a Metralhadora era essa.”

Segundo o senhor Joaquim, o uso da edificação sempre foi misto, o proprietário morava em cima, porém com o tempo, passou a morar em uma casa ao lado. Ao longo da narrativa, declinou as várias etnias que compõem o bairro: judeus, portugueses, interioranos. Ao decorrer dos anos, alguns comércios mais tradicionais, foram vendidos para os moradores que vinham do interior do estado, sobretudo os que se localizavam na travessa Gurupá, nas proximidades do Porto do Sal, área denominada pelo senhor Joaquim Araújo, como “lá embaixo”. Ao narrar as mudanças do comércio, sobretudo do fechamento de alguns locais, o mesmo lastimou: “mas aí, vai mudando, os velhos vão morrendo, os filhos já querem ser doutor, já querem ser outras coisas.”

O entrevistado lembrou-se desta antiga área, localizada no entorno de sua loja de ferragens, com tom nostálgico. Sempre se remetendo ao passado com a frase “aqui era bom antigamente”. As imagens desse pretérito sempre estavam ancoradas em um objeto arquitetônico, onde se desenrolava a vida. No final da rua São Boaventura, havia uma ponte, onde as pessoas costumavam ir à beira do rio, e até tomavam banho.

Solicitamos que falasse um pouco sobre as modificações das casas ao longo desse tempo:

é...geralmente (...) o pessoal derrubavam e faziam novas casas, hoje parece que tem uma lei que já não pode, essa casa aqui do canto não pode ser derrubada [aponta para a casa neoclássica] antigamente as casas eram quase todas um padrão só, assim [aponta para uma edificação onde tem uma oficina mecânica]...e depois (...) vem outra pessoa de fora já fazem um edificozinho pequeno, e aí modifica, sempre bastante.

Com relação ao seu imóvel, avalia:

eu aqui mudei um pouco, a altura dessa casa, porque aqui não era tombado, eu comprei isso aqui há uns quarenta e poucos anos, então eu abri essas portas largas, porque eram portinhas estreitas, (...) então a gente pra comércio já modificou.

Em um momento anterior a este na pesquisa, realizou-se um levantamento no Centro de Documentação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Pará, (CREA-PA CDOC). A finalidade deste foi explorar a documentação que o órgão

possuía, a respeito dos registros de intervenção projetual, ocorrido ao longo do tempo na rua Dr. Assis. Estes registros estão em livros, os quais abrange o período de 1947 a 1994, apresentando apenas nomes dos proprietários, dos engenheiros ou arquitetos, responsáveis pelo projeto e execução da obra. Além de dados como, endereço da obra, data do visto, emolumento cobrado, e também o “assunto” do projeto. Embora tenha sido feita a catalogação de todos os registros, realizados no logradouro de estudo, a tentativa de identificação dos imóveis *in loco*, esbarrou na mudança de alguns números de porta e na demanda de tempo para a procura dos proprietários.

Mesmo com este contratempo, foi possível através das falas dos “aedos”, identificar alguns destes imóveis. Como por exemplo, no livro nº46, que possui as A.R.T datadas entre 05.08.88 à 20.03.89, encontramos uma reforma em nome do senhor Joaquim Araújo, no ano de 1986. Além desta, as edificações que abrigavam os comércios que habitavam a sua memória, também estavam nos registros, como a “Fabrica Anjo da Guarda” sito à rua Dr. Assis, tendo como especificação “Projeto para construção de um edifício com 4 pav. ‘D. Afonso Henriques’” (CREA-PA, 1963, p. 15). Esta intervenção data a perda da antiga edificação da Padaria Anjo da Guarda.

Entrevistou-se também a moradora dona Maria Castro, residente de um imóvel classificado como preservação arquitetônica parcial. A intenção inicial, da coleta desta oralidade, foi em explorar a relação dela com os imóveis de renovação, pois nos pareceu interessante apreender o olhar dos moradores, que optaram em manter ou morar nos imóveis de interesse a preservação, sobre as transformações dos outros imóveis.

Dona Maria mora há 60 anos na Dr. Assis, para ela a rua sempre foi daquele jeito:

olha, esta rua sempre foi assim, aqui assim tinha um comércio muito grande que era a mercearia, nessa época não existia supermercado, era a ‘Metralhadora’, o primeiro supermercado foi o ‘Supermercado Metralhadora’, (...) aí me lembro muito aqui atrás, o Porto do Sal.

A entrevistada recordou as casas que havia no quarteirão do Colégio do Carmo. Atualmente, no local destas, há apenas os remanescentes das antigas fachadas, com os vãos vedados, que passaram a ter a função de muro do colégio. Carregavam-se em mãos, algumas imagens antigas, que abrangiam os anos 50 a 90

da rua Dr. Assis. Segundo Fernandes (2005), a narrativa oral é um texto verbal que necessita de outros meios como o audiovisual, imagens, livros e etc.

Estes objetos podem ser o ponta-pé da entrevista ou o estímulo em um momento de prolongado silêncio. Afinal, a história oral não se basta, necessitando de outras fontes documentais. Por isso, também, é importante o registro de todo detalhe que o entrevistador acreditou interessante no decorrer da entrevista, como expressões faciais e gestos, o ambiente no entorno, a descrição da comunidade e dos costumes na ocasião da gravação, ou seja, qualquer aspecto não captado pelo gravador. (FERNANDES, 2005, p. 161)

Dona Maria Castro muda o posicionamento de sua memória, a partir da introdução de tais recursos, passando a revelar mais sobre o logradouro. O estímulo do registro fotográfico gerou uma boa resposta por parte da entrevistada, que passou a dar maiores detalhes sobre os quarteirões do entorno do Colégio do Carmo. Reconheceu, a partir de um conjunto que havia no local, uma escola de datilografia, “da professora Carmita”, que era a única que lecionava esta aula no bairro, seu filho havia estudado com ela.

Passou a lembrar também das casas vizinhas à sua, em frente, na “casa do judeu”, havia sido o primeiro supermercado da Cidade Velha, o Metralhadora. Esta edificação, que anteriormente, fora de uso misto, abrigava uma barbearia e “uma senhora que fornecia comida para alguns trabalhadores do Porto do Sal e à tarde vendia tacacá”; na casa bem ao lado da sua, uma com a fachada idêntica, formando um conjunto, inicialmente tinha sido de um professor, que vendera para o “de Campos Ribeiro” que depois passou para o “seu Jorge”, que possuía uma fábrica de cera no local e posteriormente vendera para a “Associação dos Filhos e Amigos de Abaetetuba”. Atualmente, este imóvel vizinho, que passara por aqueles variados agentes, havia sido comprada por um engenheiro.

A recriação da rua continua. No outro lado de sua casa, onde se localiza atualmente a padaria, era a residência da “Maria do Carmo, sobrinha do Governador Aurélio do Carmo”, a casa pertencia ao senhor Orlando, um comerciante português, também dono da Padaria Castelo:

aí também era uma casa antiga, mas nesse tempo não tinha tombamento né, foi colocado embaixo, passou a padaria aqui pro térreo do edificio...[pausa] é, isso aqui tudo já foi. (...). E aí onde você vê atualmente a padaria era uma casa antiga né, naquela época não tinha negócio de tombamento [é enfática], aí foi destruída, aí construiu o prédio com a padaria no térreo, aí lá na esquina onde era a Padaria Castelo, ele fez o armazém do depósito do armazém dele.

Que é uma loja de ferragens muito grande ali na Gurupá. (...) ali onde tem uma oficina de negócio de açaí, aquilo ali minha filha, era uma residência em cima e embaixo era uma loja de roupa, fazenda.

A inserção das imagens produziu uma rica descrição da área, com seus antigos moradores e pontos comerciais. Percebemos que alguns locais se repetem na fala dos nativos, como a Padaria Castelo, do senhor português Orlando, onde trabalhara o senhor Joaquim Araújo. A “casa do judeu”, também foi um marco de referência, na memória destas pessoas, e hoje permanece com a fisionomia nas mesmas feições das narrativas. O Porto do Sal, por sua vez, foi indicado como um lugar que nos anos 50 e 60, deveria servir como área de lazer para os moradores das proximidades do rio, visto que as caminhadas e encontros no final da tarde se davam neste local.

Dentro do mesmo perímetro de dona Maria Castro, localiza-se mais um comerciante, o senhor Nestor Torres, que é morador do bairro da Cidade Velha e possui seu comércio na Dr. Assis há 30 anos. Seu estabelecimento, de venda de material de construção, se encontra em uma edificação de renovação, que possui três pavimentos. Ao questionado sobre as mudanças da época inicial, em que ele havia se instalado na via, o comerciante relatou que:

A diferença é que naquele tempo que comecei aqui... era até trilho. (...) não passava essa quantidade de ônibus que passava hoje, era ônibus pequeno e tal (...) e a mudança de vários prédios aqui, ai no Carmo tinham várias casas e hoje já não tem, tombaram tudo... [pausa] outras reformaram, tem uma mudança e grande. (Entrevista concedida em 21 de julho de 2012)

Entre o final dos anos 70 e o início dos 80, é possível averiguar pelas fotos antigas do bairro, que a rua Dr. Assis era revestida com paralelepípedo, e possuía os trilhos do bonde, assim como o conjunto das edificações do muro do Carmo em seu uso habitacional. Segundo o senhor Nestor Torres, atualmente, manter um comércio na via é muito dificultoso, em virtude, principalmente, da necessidade de estacionamento para o funcionamento de comércio. Segundo o entrevistado, isto é uma exigência de um órgão público. De acordo com sua fala, a falta de espaço para vagas de carro, afasta os clientes, pois não há lugar na via pública para poder estacioná-los, devido ao fato das ruas serem muito estreitas. Segundo o comerciante, isto é agravado com o fluxo intenso de veículos de todos os portes. O mesmo fez também a seguinte observação:

só que fica em dificuldade, principalmente o comércio que funcionava aqui era livre, pra fazer... [não completa a frase] hoje não, tá tudo atrapalhado, eles dão licença pra funcionar o comércio, a SEFA, a federal dá licença, só que ninguém tem estacionamento, aí vem multa, multa, multa...

Sua fala reitera a falta de compatibilidade entre as normas e leis que vigoram na cidade, para o espaço do CHB. Neste caso, o uso para comércio é liberado, porém a exigência de vaga para garagem não se adapta a todos os lotes do bairro, e como consequência desta inadaptação, o comerciante é penalizado. Quando insistimos em questionar sobre o diálogo com os órgãos de preservação, e o mesmo afirma: “impedem! O patrimônio impede. (...) É, eles não cooperam com nada”.

Além da falta de diálogo, para com a reforma que o entrevistado gostaria de realizar em seu imóvel, foi apontado um fato interessante, que faz com que ele realmente não entenda o funcionamento das questões que tangem a atuação dos órgãos preservacionistas no local. O comerciante não entendia o tratamento diferenciado que “O Patrimônio” dava, ao permitir e impedir as modificações nos imóveis, uma vez que ao “Complexo do Ministério Público” foi possível a ação de derrubar e modificar as edificações históricas na Cidade Velha.

As narrativas, dos comerciantes e moradores mais antigos, começam a repetir os lugares que remetem à “época boa” do bairro, mais uma vez a ponte do Porto do Sal foi citada como um lugar de lazer, nos fins de tardes. Os dois comerciantes mais antigos do perímetro da rua, embora partícipes do mesmo contexto, apresentam visões diferentes. O senhor Joaquim Araújo, vagueia saudosamente pela antiga Dr. Assis, edifica os espaços do passado, para constatar a existência de um “passado bom”, em contraposição a um presente que vem apagando os bons tempos, porém, para ele, não é uma realidade repudiante. Diferentemente do senhor Nestor Torres, que rememorou apenas a ponte do Sal com ar prazeroso, para ele, o presente é ruim, e isso veio em consequência do passado que ainda se encontra edificado materialmente no espaço, que o impede de fazer suas transformações na paisagem presente.

Seguindo em direção à quadra final da rua realizaram-se duas entrevistas uma com a dona Georgia Cardoso, moradora que está no local há aproximadamente 60 anos, e outra com Márcia Alfaia, que “nasceu” na rua e reside há 36 anos. Dona Georgia Cardoso, havia sido indicada como uma moradora antiga, e que acabara de reformar a fachada de seu imóvel de renovação.

Então eu me criei aqui, praticamente no tempo em que era trilho, em que era trem, era bonde, foi por aqui que começou né. Era o Palacete Pinho, que é este que está reformado ai (...) antigamente não tinha esse negócio da 'Yamada'. (Entrevista concedida em 21 de julho de 2012)

A entrevistada fez algumas revelações, mencionou também a existência de uma loja, uma espécie de Brechó, que o grupo comercial Y. Yamada possuía na área, além deste, a localização de um estabelecimento chamado "Pinga Fogo". Este, por sua vez, no levantamento realizado no CREA-PA, havia chamado atenção, por estar vinculado à atividade desportiva e por ser um dos primeiros registros de projeto nos livros, datado dos anos 40, com a seguinte menção: "projeto para construção do pavilhão, digo, pavimento superior da sede do 'Pinga de Fôgo Esport Clube', sito a Rua Dr. Assis n° 260" (CREA-PA, 1949, p. 105).

A entrevistada continuou a localizar os demais estabelecimentos, contou a existência de um posto policial, que se localizava na esquina com a Travessa Alenquer, a "casa dos franceses", a "Fábrica Leal", que também ficava na esquina, mas faz uma observação: "porém com o tempo tudo foi mudando, novas pessoas chegaram e alteram as edificações". Ao longo de sua fala, a paisagem tranquila de outrora, fora quebrada com a modernidade, que trouxe como consequência a intranquilidade. Dona Georgia Cardoso, relatou que, se pudesse, sairia da rua Dr. Assis, em virtude do tumulto que os bares do entorno vem ocasionando, como pessoas embriagadas, fazendo arruaça, pessoas bêbadas de carro e moto durante as noites do final de semana.

Outro depoimento coletado, que vem edificar a paisagem perdida material e simbólica, foi o de Márcia Alfaia, que revelou outro olhar daquele espaço onde "nasceu" e se criou. Por ser um relato de alguém mais novo, em relação aos demais "aedos", esta narradora buscou em seu acervo de imagens, guardado na memória, outro ponto de origem para deflagrar o passado feliz. Sua primeira lembrança da via surge quando a mesma é bem pequenina:

Bom, a gente tinha acesso a brincadeira na rua, a gente ficava sentada na porta da rua, a vizinhança toda era unida. Na Copa, a gente ficava até de madrugada revezando pra fazer enfeite, pra enfeitar a rua de ponta a ponta, de lá da Igreja da Se até aqui (...) eu era muito criança, mas eu já participava disso, eu ficava com essa expectativa da Copa, era muito divertido. (Entrevista concedida em 21 de julho de 2012)

O passado não mais está atrelado aos trilhos do trem, mas às práticas sociais estabelecidas com seus irmãos, uma numerosa família e seus vizinhos. As relações tinham como cenário algumas edificações antigas. Márcia Alfaia passou a narrar alguns acontecimentos que se desenrolaram, tendo as edificações antigas como palco:

A Yamada (...) tinha aqui na frente, (...) a 'Cafona Yamada'. (...) ai as pessoas que não pagavam a Yamada, eles retiravam o produto (...) e ai revendiam ai por preço bem baratinho. (...) a gente se dava com todo mundo ai, gerente e tudo, então eles deixavam a gente brincar com os brinquedos, era uma coisa assim bem família mesmo, (...) todo mundo unido, sempre muito unido.

Quando estimulada a relacionar passado e presente, a moradora relatou que a maior mudança estava nas pessoas, os moradores antigos, faleceram e os jovens não querem mais continuar no bairro. Muitas vezes, em virtude das casas antigas, iguais a dela – imóvel de preservação arquitetônica parcial – faz com que qualquer adaptação modernizante seja onerosa, contribuindo para não permanência no local.

Percebe-se, que os marcos das lembranças dos usuários, estarem sempre associados ao entorno da residência/comércio, como se a vida da Dr. Assis se limitasse a esta área de contingência, a qual a memória tratou de preservar. Esta relação também foi encontrada nos demais entrevistados, de outras quadras ao longo da rua, gerando assim diversos fragmentos coletivos de memórias individuais.

Mostrou-se para Márcia Alfaia, as fotos recolhidas nos acervos particulares, a mesma, assim como a dona Maria Castro, conseguiu reviver parte do passado da rua, indicando o funcionamento de alguns estabelecimentos no local, como o “bar do seu Vavá, onde tinha um orelhão da Telepará de ficha”. A imagem do passado, recriada pela entrevistada está envolta pelas brincadeiras da infância, diferente das demais narrativas dos moradores. Aqui, as edificações antigas que habitavam o imaginário fantástico das crianças, funcionavam como pontos de representação de um passado, não incorporados ao contexto “mais recente”.

### **Considerações finais**

As reconstruções da paisagem não se basearam unicamente na materialidade de objetos, mas no conjunto dos objetos associados às relações



sociais que os envolviam e os contextualizavam na história. Assim, as lembranças possibilitaram localizar o que chamamos de “marcos da memória”, que consideramos ser os elementos físicos, edificados ou destruídos, emergidos através da lembrança de uma época passada, e que têm a função de guia para reconstituir as lembranças de um determinado espaço.

Das entrevistas também surgiram indícios que nos levaram ao contato com fontes históricas de pesquisa, importantes documentos e acervo, que podem auxiliar na construção da história da arquitetura paraense. Dentre estas, encontram-se nos imóveis de renovação as fontes orais, que através de suas reminiscências auxiliam no resgate do passado, colaborando assim, com a “imaterialidade” inerente e necessária à vida, à relação de pertencimento ao lugar, e a preservação patrimonial cultural daquele espaço. Agregamos ainda como resultado, a importância de dar voz à população local para que aflorem as problemáticas oriundas das dinâmicas próprias aos conjuntos urbanos.

As problemáticas das reformas, do trânsito, das atividades de entretenimento, da segurança pública, da incompatibilidade de normatizações e legislações que atuam naquele espaço da cidade, vieram à tona durante a coleta da oralidade. Particularidades importantes, que devem servir de auxílio na gestão e planejamento urbano local, por parte dos órgãos de preservação patrimonial, sobretudo a instância municipal que dispõe de ferramentas, e da relação com as demais secretarias, possíveis de proporcionar atuação adequada às especificidades.

Cada agente histórico foi capaz de incluir seu fragmento de lembranças de uma antiga Dr. Assis, compondo assim uma paisagem edificada em um tempo remoto. Esta paisagem foi levada à comparação com a paisagem atual, possibilitando detectar as mudanças físicas e das relações cotidianas que se perderam com o tempo. Como marcos da memória, surgiu a “antiga ponte”, que se localizava nas imediações entre o Porto do Sal e a Lateral da Igreja do Carmo, um espaço de convivência desfrutado pelos moradores e comerciantes no fim da tarde. Este objeto direcionou as boas lembranças do passado do bairro, como um espaço gregário da sociabilidade, marcado por conversas e brincadeiras. Outros marcos da memória, pontos onde as pessoas se encontravam, foram: os antigos comércios da Rua Dr. Assis, como a Padaria Castelo, a Padaria Anjo da Guarda, o mercado Metralhadora, a Fabrica Leal, a “Yamada Cafona”, o Yara Bar, a loja de tecido, o “bar do seu Vavá onde tinha um orelhão da Telepará de ficha”, o Pinga Fogo e a escola de datilografia da dona Carmita. Surge, um passado de diversidade comercial

e de serviços na rua de outrora, que hoje passou a ser dominada por comércio de ferragem e motores.

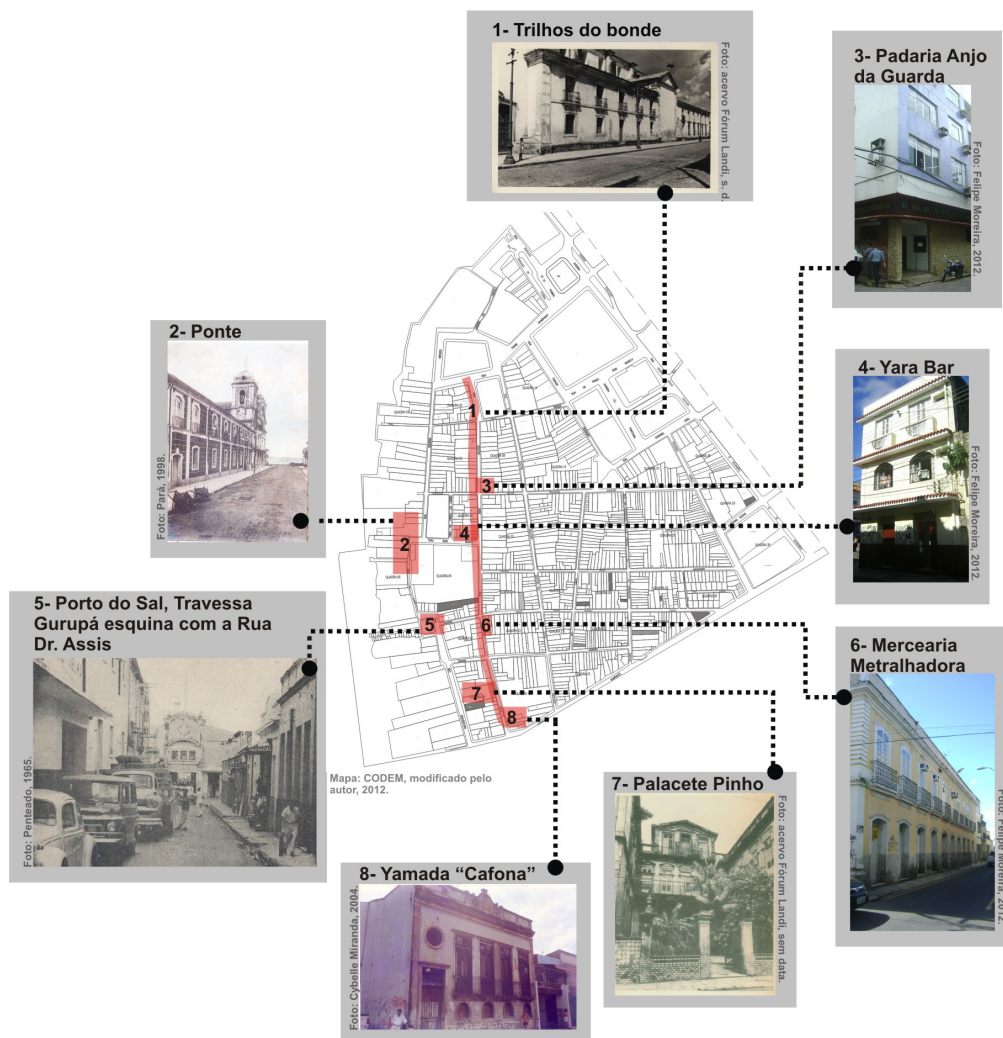
A fala de José Maia se voltou com saudosismo dos anos de infância e adolescência dentro do espaço, aquele ligado as atividades da sapataria da família, e esta ao espaço do Porto do Sal, onde seus pais desenvolveram seus negócios. Nestas narrativas, o passado surge como um tempo áureo, de prestígio social e econômico, quando todos “eram amigos” e se podia “ficar na rua” e desfrutá-la com tranquilidade. Esta imagem se contrapõe a de uma Dr. Assis atual, desagregadora das relações sociais de outrora, que prende as pessoas em suas casas, em seus muros e grades. Surgindo assim a necessidade de transformação e adaptação do espaço ante as exigências de uma “vida moderna”.

O senhor Joaquim Araújo também se volta para a Dr. Assis, confrontando as paisagens passadas com as atuais, com tom saudoso do pretérito, como uma boa época, na qual se podia andar tranquilamente pelo logradouro sem o temor da violência de hoje. Porém, o passado deste senhor, embora melhor que a condição presente, não gera a inconformação da perda. Outros pontos de vista para com a paisagem presente, encontram-se nas visões de dona Vera Almeida e do senhor Nestor Torres, os quais pelos motivos revelados são inconformados com os aspectos contemporâneos do espaço. A situação presente é marcada pelo desconforto em ter que continuar com seus negócios na área. Os problemas do presente se mostram tão aflorados, que a paisagem antiga não se sobressaiu como um passado afetivo perdido.

A ocupação da área lateral à Igreja do Carmo, e a perda da “ponte bonita”, que permitia o passeio no final da tarde, ou mesmo o banho de rio da antiga Cidade Velha, também são apontados como reflexo da mudança dos tempos, na confrontação entre o passado e o presente. Os trilhos incrustados nos paralelepípedos, que revestiam a rua e o bonde que por ali passava, são rememorados como símbolos de antiguidade, tanto da Dr. Assis quanto dos próprios aedos. Senhores e senhoras que, ao se colocarem “no tempo original”, recitando a frase “sou da época do trilho, quando tinha o bonde”, acabam por demarcar sua historicidade naquele espaço. Ao voltarem para o atual contexto, confrontam o bonde com o fluxo intenso de veículos, o Bagé – antigo ônibus – fora substituído por “van” e “Kombi”. Além desses fatores, o surgimento dos grandes supermercados fez com que as pequenas mercearias, estivas e armazéns, fossem

desaparecendo do local, diversidade importante para a manutenção do fluxo da vida no logradouro.

Do contato com os agentes, emergem as paisagens de um passado narrado, capaz de edificar espaços de convivências, os ponto de encontro, assim como recriar as relações sociais que aglutinavam as pessoas nos “marcos da memória”. Desta forma, a integração entre a oralidade e as demais fontes, despontou para o conhecimento dos estratos de história ainda presentes, ou transformados de suas configurações “originais”, ou ainda, apagados materialmente, porém vivos na memória dos aedos.



Fonte: elaborado pelas autoras, 2012.

### FIGURA 1

#### Marcos da memória dos usuários da rua Dr. Assis

Rua Dr. Assis: um percurso pela memória patrimonial dos usuários da Cidade Velha, em Belém do Pará

Com base nos marcos da memória, elaboramos um mapa, pontuando tais objetos evocados (Figura 1). O destacamento destas fontes, das lembranças do grupo de moradores, pode contribuir para engendrar projetos que visem resgatar e preservar a identidade da comunidade para com o patrimônio cultural. Um exemplo deste tipo de projeto foi desenvolvido em algumas cidades do estado do Pará, denominado de “Museu Contextual” ou “Museu de Rua”. Esta prática contou, entre outras fontes de pesquisa, com a fonte oral, com a participação da população local a partir das narrativas, a fim de se resgatar os lugares de importância cultural das cidades (PARÁ, 2002).

Embora algumas edificações se apresentem modificadas de suas formas originais, ainda assim, foram destacadas como de interesse ao resgate da identidade local. A relevância afetiva do “nativo” para com os objetos serve para trabalhar a autoestima destes e o patrimônio cultural. Assim, as imagens formadas pelas narrativas dos moradores da Rua Dr. Assis, podem ser um aporte para a reconstrução e a valorização de uma cidade eclipsada aos olhos de moradores e transeuntes que vivenciam aquele espaço. Mesmo que a materialidade se faça ausente, os marcos de memória podem ser associados às informações historiográficas e fotográficas, fazendo com que a matéria perdida, seja reinserida ou incorporada na memória local, evidenciando uma das camadas da historicidade do bairro.

## NOTAS

1. Cabe destacar que a escolha em analisar os aspectos do tombamento municipal se deu em virtude de ainda não haver uma regulamentação para a área tombada pelo IPHAN, no período de pesquisa deste trabalho.
2. Para mais informações sobre a dinâmica do bairro da Cidade Velha, ver: TUTYIA (2013) e MIRANDA (2006).
3. A identidade dos entrevistados foi modificada, uma vez que alguns técnicos e moradores do bairro da Cidade Velha não se mostraram confortáveis em permitir a divulgação de seus nomes, assim optamos em substituir os nomes verdadeiros por pseudônimos. Ao todo foram realizadas treze entrevistas, sendo doze com moradores e comerciantes – donos e locatários – da Rua Dr. Assis, e uma com a presidente da associação do Bairro da Cidade Velha. Deste montante relativo aos pertencentes à via, oito depoimentos se mostraram significativos para o trabalho, os quais seis são com ocupantes de imóveis de renovação e dois com imóveis com interesse à preservação – preservação arquitetônica parcial. A partir das fontes orais, surgem às imagens de uma cidade que vagueia na memória de seus habitantes à espera de um estímulo externo para que se edifiquem.

4. Para Blanco e Campos Neto (2003), esta arquitetura realizada entre as décadas de 1930 e 1950 em Belém, denominada por Art Déco e racionalismo clássico “conviveram com o ecletismo tardio e o neocolonial antes da afirmação do modernismo (...) Embora ainda se utilizassem de características compositivas acadêmicas, também adiantavam elementos e inovações inerentes à racionalização da construção, dos programas e dos recursos econômicos, induzindo gradualmente a significativas mudanças nas estruturas sociais e espaciais da cidade e de sua arquitetura”. (BLANCO; CAMPOS NETO, 2003, sem paginação).
5. Feliz Lusitânia foi o nome atribuído pelos colonizadores portugueses ao núcleo inicial de Belém, compreendido pelo Forte do Presépio e a ermida de Nossa Senhora das Graças (MIRANDA, 2006).

## REFERÊNCIAS

### Legislação, Relatórios e Publicações da Administração Pública

BELEM. Lei Ordinária nº 6.769, de 30 de dezembro de 1969. Estabelece prioridade no alargamento da atual Travessa Padre Eutíquio, nesta Cidade. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view\\_lei.php?id\\_lei=2003](http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2003)>.

\_\_\_\_\_. *Plano setorial do Centro Histórico de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ. Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.).

\_\_\_\_\_. Registro de Projeto nº 2085, realizado no dia 12 de junho de 1963. Livro 12, p. 15.

\_\_\_\_\_. Registro de Projeto nº 1378, realizado no dia 24 de maio de 1949. Livro 1, p. 105.

### Bibliografia

BLANCO, Giovanni; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrimo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. *Arquitextos*. São Paulo, 03.032, jan., 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719>>.

CARDOSO, Ana Claudia; NASSAR, Flavio Sidrim. *Pobreza urbana e o centro histórico de Belém*. Disponível em <<http://www.forumlandi.com.br/?action=bibliotecaProcuraSubmit>>.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. *Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v.1, p. 134-138, 1999.

CHAVES, Celma. *La arquitectura em Belém, 1930-1970: una modernización dispersa com lenguajes cambiantes*. Barcelona, 2004. Tese (Doutorado) – Universidad Politécnica da Cataluña.

- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Do oral ao escrito: implicações e complicações na transcrição de narrativas orais. *Revista Outros Tempos*, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/site/index.php/edicoes/79-edicao/73>>.
- FERREIRA, Rachel Sfair da Costa. *Estudos dos impactos de modificações de usos do solo na preservação do centro histórico de Belém (CHB)*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão Pará*. Belém: Grafisa, 1976. v. 2.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.
- MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. Belém, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém do Pará: estudo de Geografia urbana*. Belém: Editora UFPA, 1968. v. I, II.
- PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. *Vigia museu contextual*. Belém, 2002.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil, 1900 -1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- TUTYIA, Dinah Reiko. *Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará*. Belém, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.
- VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória. In: *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

**Dinah Reiko Tutyia** é Professora Assistente II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutoranda em História Social da Amazônia, Mestre e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

**Cybelle Salvador Miranda** é Professora Associado II da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, Portugal. Doutora em Antropologia, Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Unido e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA. Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) da UFPA.

**Como citar:**

TUTYIA, Dinah Reiko; MIRANDA, Cybelle Salvador. Rua Dr. Assis: um percurso pela memória patrimonial dos usuários da Cidade Velha, em Belém do Pará. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 308-338, jul./dez. 2019. Disponível em: <[pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br)>.